

TEORIA E PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

META

Possibilitar ao aluno uma reflexão sobre os aspectos teóricos e práticos da Educação Ambiental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Compreender os principais aspectos concernentes a Educação Ambiental.

PRÉ-REQUISITO

Para um bom entendimento desta aula é preciso ter algumas noções sobre Educação Ambiental (aula número 3).

INTRODUÇÃO

A compreensão do verdadeiro sentido da Educação Ambiental implica na percepção da sua dimensão educacional, no contexto mais amplo e integrativo. A simples idéia puramente mecanicista e física do meio ambiente tem dificultado para alguns uma melhor percepção desta temática.

Cada vez mais se entende que os problemas sócio-ambientais são, como diz o próprio nome, o conjunto complexo de fenômenos que associam a dimensão humana dos aspectos físicos do meio ambiente. Portanto, focar a atenção nestes problemas significa incorporar nas reflexões e metodologias de abordagens os aspectos psico-sociais humanos com toda a sua abrangência.

A Educação Ambiental, enquanto proposta metodológica de busca de conscientização visando uma melhoria da qualidade de vida humana e equilíbrio ecossistêmico, é um instrumento de trabalho, que pode efetivamente trazer benefícios sócio-ambientais.



Figura Mundo e Desenho (Fonte: <http://www.cenedcursos.com.br/cursosonline/curso-online-educacao-ambiental>).

A Educação Ambiental encontra-se comprometida com uma concepção científica paradigmática que engloba o homem na sua totalidade de “ser” integral e operante, com toda sua plenitude psíquica e física na biosfera. Ela sustenta-se em um contexto filosófico de arcabouço mais universalista e multidimensional e requer um exercício de criatividade e ação que possa efetivamente romper os grilhões de uma visão e ordem social, essencialmente econômica e excludente, que aliena o homem e que muito contribui para a degradação dos ecossistemas, pondo em risco a capacidade de suporte da biosfera.

De acordo com Philippi Júnior & Pelicioni (2000), a Educação Ambiental “constitui-se num grande desafio, o que implica em utilizar novas estratégias de ação, novos padrões de conduta baseados em uma nova relação ética...”.

O desafio do educador ambiental é, portanto, no contexto da realidade, possibilitar as pessoas o subsídio necessário para que esta reforma ética aconteça. Em termos pedagógicos, a Educação Ambiental é a clássica relação ensino-aprendizagem focada na conjuntura multidimensional da relação homem-ambiente visando, nas mais diversas situações, garantir as melhores qualidades de vida e ambiental.



Figura Plantio (Fonte: <http://img.blogs.abril.com.br/1/bonitopantanal/imagens/educando-e-plantando---chaquibi-178.jpg>).

A Educação Ambiental, nesta sua complexidade, apresenta características de transdisciplinaridade extrapolando, portanto, os limites rígidos das disciplinas curriculares, podendo inclusive na sua universalidade ser condizente com a educação formal e com a educação não-formal. Ela é bem mais do que conscientizar e tornar sensível o indivíduo para os problemas ambientais; é também possibilitar que o mesmo desenvolva formas de ação que garantam o equilíbrio na relação sustentabilidade ambiental, social e econômica. Em suma, não é um simples perceber a “natureza”, é muito mais além, é aprender vivencialmente um novo relacionamento ético com ela.



Figura Plantio (Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_W4cw9dFuajo/TFzp7wq1h-wI/AAAAAAAAAD7Y/8vLipsDWUfc/s1600/agroecologia.jpg).

Leia a seguir, o artigo de Daniel José da Silva intitulado *Método da Educação Ambiental Brasileira*. O texto foi retirado do livro *Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos* de Arlindo P. Júnior e Maria Cecília F. Pelicioni, (2000, pg 60-64).

Método da Educação Ambiental Brasileira

Daniel José da Silva

Professor-Adjunto, Departamento de Engenharia Sanitária
e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina

Em meu histórico, o primeiro curso de especialização em Educação Ambiental no Brasil aconteceu em 1983, oferecido pela Universidade de Brasília, a pedido da então Secretaria Especial de Meio Ambiente, do Ministério do Interior. Nesse mesmo ano descobria a palavra “ambiente”, ao viver e tentar explicar o fenômeno das enchentes catastróficas que ocorreram em Santa Catarina, em julho. No ano seguinte (1984), já atuava no segundo curso de especialização, em Brasília, discorrendo sobre as bases metodológicas para o tratamento da Questão Ambiental: a interdisciplinaridade, a interinstitucionalidade e a interatividade. Deste então, é grande o trabalho na capacitação de milhares de profissionais, entre professores da rede pública de ensino e técnicos estaduais e municipais de diversos estados brasileiros.

É com base neste histórico, e em especial em três projetos nos quais atuei e atuo, – o Programa Estadual de Educação Ambiental ‘Viva a Floresta Viva’, realizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 1996; o Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1997; e o Projeto de Educação Ambiental do Programa de Saneamento Ambiental ‘Bahia Azul’, do Governo do Estado da Bahia, em realização desde agosto de 1998, – que tentarei produzir esta síntese sobre a natureza do trabalho em Educação Ambiental no Brasil, puxando o foco para a identificação das características de um método, que possa, então, ser criticado e superado.

OS PROJETOS

O Brasil possui uma grande experiência em Educação Ambiental. Em 1997, o Ministério do Meio Ambiente tinha mais de 4 mil endereços de pessoas e organizações atuantes na área. Mais de 70% dos projetos de Educação Ambiental realizados no Brasil, nessa época, estavam voltados para a sensibilização e para trabalhos comunitários, não passando por uma associação pedagógica com a escola, nem sendo incorporados às políticas públicas vigentes. Mesmo naqueles realizados no âmbito da escola, que respondem pelos restantes 30%, o principal objetivo apresentado foi o da sensibilização da criança através de atividades extra-classe, tendo na problemática dos resíduos sólidos o principal tema de trabalho. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE¹ 1997)

Deste diagnóstico pode-se apontar a primeira deficiência do *método*: a falta da seqüência *sensibilização – capacitação – gerenciamento* nos processos de capacitação

e na execução dos projetos de Educação Ambiental no País. A Educação Ambiental, por mais bela que seja, não deve bastar-se a si própria. Ela vem com a missão de promover a capacitação das pessoas para a construção do desenvolvimento sustentável. Este é o seu grande compromisso. A sensibilização é apenas o começo. Há que, sem dúvida, começar pelas emoções. Mas não se pode parar por aí, sob pena de perder esta grande oportunidade histórica e civilizatória de trazer a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento para o espaço da educação, retirando-o da cegueira e da parcialidade das análises macroeconômica e político-partidárias.

Enquanto a sensibilização cumpre o grande papel de resgatar a pertinência da pessoa com o universo e com o ambiente local, a capacitação deve cobrir a exigência de uma qualificação da pessoa no paradigma da sustentabilidade, através da construção dos diversos conceitos e metodologias necessárias para a visualização e formulação de estratégias de sustentabilidade. O gerenciamento diz respeito ao planejamento, à existência e à permanência de recursos institucionais, metodológicos, humanos, materiais e financeiros de implementação das ações e projetos: 70% das causas de interrupção dos projetos de Educação Ambiental no País é devido a estes fatores, seja pela ausência ou pela descontinuidade.

O que já existe de experiência é muito bom, mas não basta. Nestes sete anos pós 92, os brasileiros colocaram a Educação Ambiental na ordem do dia. Mas agora é preciso abrir um novo ciclo: o do gerenciamento da sustentabilidade.

AS PESSOAS

As pessoas que trabalham com Educação Ambiental no Brasil são maravilhosas. É um privilégio tê-las conhecido, aos milhares e com elas ter trabalhado. E são mulheres, em sua absoluta maioria. Daí esse viés feminino, receptivo, paciente, cooperativo, intuitivo que caracteriza o *método*. Mas, apesar de maravilhosas, apenas 36% destas pessoas possuem algum tipo de capacitação, a grande maioria em cursos intensivos de 40 horas. Cursos dados, até poucos anos atrás, por uma meia dúzia de profissionais que conseguiram sintetizar metodologias abrangentes. Todo este conteúdo é organizado, de forma essencial, em 40 ou no máximo 80 horas, já que as pessoas não podem afastar-se de seus postos de trabalhos por mais tempo. Não deve haver mais que cinco cursos de especialização em Educação Ambiental no País, com uma oferta permanente nos últimos cinco anos. Ou seja, o Brasil não deve ter sequer uns 500 especialistas em Educação Ambiental, com mais de 360 horas de formação. Os 70% dos profissionais com nível superior atuantes em Educação Ambiental são oriundos da Biologia, Pedagogia, Agronomia e Geografia, num universo de participação com mais de 40 profissões universitárias diferentes. E 62% destas pessoas atuam de forma voluntária, sem remuneração específica ou complementar.

A partir desta característica, pode-se identificar a segunda deficiência do *método*: a falta de pessoas com uma maior qualificação para a elaboração e execução de projetos de Educação Ambiental. Qualquer um pode trabalhar com a Educação Ambiental,

mas não é qualquer um que trabalha. A Educação Ambiental transcende todas as profissões e só exige um pré-requisito para sua capacitação: o da motivação pessoal. Assim, não há por que pensar em cursos de graduação. A Educação Ambiental é uma típica atividade de pós-graduação, extensão e de formação permanente, posição esta na qual acontece a maioria dos cursos. Na pós, ela vem sendo trabalhada somente em cursos de especialização. As poucas dissertações de mestrado e teses de doutorado são realizadas em programas de áreas distintas, que abrem estas perspectivas. No *stricto sensu*, é preciso dar mais espaço para a formação das pessoas, associada a uma perspectiva científica de produção do conhecimento e de sua crítica epistêmica.

Esta deficiência é observada na hora da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos. A criatividade cede lugar, então, ao oportunismo e à improvisação, fazendo-se da Educação Ambiental uma certa “terra de ninguém”, onde qualquer um sente-se habilitado a opinar, mais que a aprender com o seu próprio participar.

AS METODOLOGIAS

A Educação Ambiental brasileira possui uma infinidade de metodologias. Cada formador consolida uma em seu trabalho de multiplicador. E na execução, cada projeto desenvolve outra. Não poderia ser diferente. Nos projetos analisados em 1997, a participação comunitária e o diagnóstico participativo estavam presentes na metade deles. Este forte compromisso da Educação Ambiental com a realidade local exige do profissional uma permanente adequação de suas estratégias metodológicas. Confirmando este viés empirista e participativo, a discussão em grupo foi apontada também por 50% dos projetos entrevistados, como a técnica de trabalho mais utilizada, seguida de técnicas expositivas (40%), e de uma abordagem pedagógica do tipo construtivista (52%).

Esta profusão de metodologias, em princípio um ponto forte do *método*, traz em si sua própria deficiência. Tudo aquilo que abunda, muito se parece. Para um observador externo ou não qualificado, as metodologias acabam sendo muito parecidas. E para o observador interno, não o são, por força de sua origem empírica, que personaliza a pedagogia utilizada, transformando cada metodologia num verdadeiro caminho pessoal de descobertas e transições paradigmáticas. A Educação Ambiental não é uma ciência, mas, ao analisá-la do ponto de vista científico kuhniano, ela é por demais extraordinária. E é aqui que reside a terceira deficiência: este viés empirista e personalizado das metodologias empregadas pela Educação Ambiental brasileira tem impedido a sua síntese, e, conseqüentemente, vem perdendo uma das exigências civilizatórias da Educação Ambiental que é contribuir para um processo de universalização da sustentabilidade enquanto processo cognitivo. O principal risco do viés empirista, assim como do teorético é a auto-suficiência, situação artificial na qual cria-se uma simbiose fechada entre observador e observado, entre praticante e praticado, onde a cognição, entendida como a capacidade de aprender com o

operar interno e com o relacionar externo, deixa de existir enquanto tal.

É preciso dar um caráter de normalidade à Educação Ambiental, com uma comunidade de praticantes que se encontrem regularmente e se reconheçam entre si; com um conjunto de paradigmas consensuados, mediante um histórico de avaliação e que possa ser utilizados em todas as metodologias; com um periódico nacional representativo, que permita a exposição e a crítica dos trabalhos desenvolvidos, como os “journal of environmental education”, do Canadá e dos EUA, e, por fim, de um espaço acadêmico apropriado e reconhecido, com ensino, pesquisa e extensão, realizados de forma transversal à estrutura disciplinar existente.

A EPISTEME

O *método* da Educação Ambiental brasileira poder ser caracterizado pela natureza dos projetos que são realizados, pelo tipo de pessoa que os realizam e pelas metodologias que empregam e desenvolvem.

E os pressupostos deste *método*, quais são? Nos projetos impera a força da realidade local, da participação comunitária, da discussão em grupo, da valorização do emocional, através das técnicas de sensibilização, enfim, da subjetividade na interpretação da complexidade da questão ambiental. E quais são os saberes e as visões de mundo que suportam esta subjetividade das pessoas que fazem Educação Ambiental no Brasil? Diversos e diversas. Mas com certeza todos os quatro tipos de saberes constituídos: o científico, o filosófico, o popular e o religioso e suas respectivas visões de mundo. A Educação Ambiental não pode prescindir de nenhum destes saberes, daí a sua dificuldade de ser assumida no mundo acadêmico. Cada um destes saberes e de suas múltiplas visões de mundo, muitas vezes conflituosas, possui sua lógica particular, que dá sentido e consistência ao pensar e ao pensado. E devido ao forte componente empirista das metodologias, esta lógica é construída e/ou consolidada no decorrer da execução dos projetos. A episteme da Educação Ambiental, portanto, é uma *episteme cognitiva* (SILVA³ 1998), na qual os próprios paradigmas do praticante transitam no processo de aprendizagem com o seu operar. Só que isto precisa ficar explícito e consciente no processo, caso contrário perde seu valor pedagógico.

Com isso pode-se identificar a maior deficiência do *método*, de natureza epistêmica: não discutir, explicitamente, com os participantes os seus pressupostos de sustentabilidade, pois muitas vezes, o que se está fazendo nos projetos é tentar resolver uma questão ambiental com os mesmos paradigmas da insustentabilidade que a produziram.

Para se ter uma idéia, apenas 4% dos projetos que responderam ao Levantamento Nacional, em 1997, apontaram a interdisciplinaridade como uma de suas características metodológica. Isto é surpreendente dada a natureza complexa dos problemas ambientais locais nos quais a Educação Ambiental está envolvida, e revela, independente de algum tipo de falha na enquete, a falta de uma preocupação maior com os modos de produção do conhecimento, e de como construir uma ponte entre os seus diferentes pressupostos.

CONCLUSÃO

A realidade da Educação Ambiental brasileira deve ter mudado nos últimos dois anos, e mudará muito mais nos próximos, com o advento da discussão da transversalidade, a partir da proposição dos Novos Parâmetros Curriculares do Ministério da Educação, através da inserção de temas transversais nos currículos das escolas e da edição da Lei Nacional de Educação Ambiental, em abril de 1999. A lei determina que toda Educação Ambiental tenha um viés pedagógico explícito, devendo estar associada de alguma forma à escola. Por outro lado, a Educação Ambiental é considerada uma atividade transversal, a ser inserida em toda formação profissional ou de reciclagem de profissionais.

A transversalidade é algo absolutamente novo para as visões de mundo e saberes que constituem a episteme do trabalho ambiental no País. Ela exigirá de todos os envolvidos uma profunda reflexão sobre a transdisciplinaridade e o novo tipo de saber que a suporta. Do ponto de vista filosófico trata-se de um saber que transita entre os quatro saberes constituídos, permitindo ao observador perceber as diferentes lógicas de cada um na interpretação do mesmo objeto de realidade. E quando se consegue perceber as diferentes lógicas do comportamento de um mesmo objeto ou fenômeno, coloca-se a questão do *saber quântico*, que é o saber dialógico, multidimensional e multirreferencial, que permite a concepção da cognição do sujeito transdisciplinar como a integração vertical de diversos níveis de percepção, cada um deles associado a um nível de realidade do objeto transdisciplinar observado (NICOLESCU² 1999). Este modo de ver supera a visão dicotômica responsável pela simplificação e redução dos diversos níveis de realidades à lógica única com que é percebida.

À medida que a transdisciplinaridade for desenvolvida enquanto metodologia de inserção transversal da Educação Ambiental, bem como para todos os demais temas propostos, será possível aproximar-se de uma leitura mais qualificada da complexidade destes temas, em especial das questões ambientais, e portanto mais perto de soluções sustentáveis.

O saber quântico e seu método transdisciplinar é capaz de mudar as visões de mundo e quando se muda a visão de mundo, muda-se o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Ministério do Meio Ambiente. **Levantamento nacional de projetos de educação ambiental**. Brasília; 1997.
2. Nicolescu B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom; 1999.
3. Silva DJ. **Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis; 1998. [Tese de Doutorado - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina]

CONCLUSÃO

A prática de ações em Educação Ambiental pressupõe a compreensão dos seus fundamentos filosóficos e pedagógicos operacionais, portanto, o entendimento do conceito, idéias e situações possíveis para tal prática nos auxilia a uma melhor percepção da realidade a ser trabalhada em uma ação de EA qualquer.

No caso da pedagogia envolvida na prática de educação ambiental, a busca por uma nova percepção de realidade com o foco cada vez mais aprofundado no visível e no invisível pertinente as diferentes situações deve ser sempre a meta de qualquer boa ação de EA.



RESUMO

A construção da prática educacional voltada para a melhoria da qualidade ambiental e a harmonização da relação homem-ambiente passa por uma ampliação paradigmática, na qual uma percepção cada vez maior da realidade onde o homem encontra-se inserido é um caminho que conjuntamente com uma renovação ética do papel que este tem para com o ambiente faz parte do chamado contexto pedagógico da EA. Sendo a mesma praticada de forma transversal e transdisciplinar no contexto da educação formal ou não formal visando atingir diferentes grupos da sociedade, quer seja nos ambientes urbanos ou rurais.



ATIVIDADES

1. Em quase todos os lugares podemos detectar algum tipo de problema ambiental. E aí no seu município? Identifique um problema ambiental e discorde sobre ele.
2. No site <http://jogos.wwf.org.br/casaeficiente/> existe um jogo virtual chamado de Casa Eficiente – Consumo Consciente. Este jogo tem como objetivo estimular a consciência ambiental no ambiente doméstico. É interessante, acesse-o agora mesmo e aprenda muito com este jogo!

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, discutiremos sobre Estudo de Caso, onde aprofundaremos nosso conhecimento com um estudo real de ação de EA.

**REFERÊNCIAS**

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL & MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília – DF, 1998, 166p.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 2000, 551p.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

PHILIPPI JR, A. & PELICIONI, M.C.F. Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2000.

<http://www.cenedcursos.com.br/cursosonline/curso-online-educacao-ambiental>

<http://img.blogs.abril.com.br/1/bonitopantanal/imagens/educando-e-plantando---chaquibi-178.jpg>

http://3.bp.blogspot.com/_W4cw9dFuajo/TFzp7wq1hwI/AAAAAAAAAD7Y/8vLipsDWUfc/s1600/agroecologia.jpg